

Diários Secretos: escândalo midiático e mudança institucional na Assembleia  
Legislativa do Paraná

Clicéia Aparecida Alves - PUC/PR  
cliceia.alves@hotmail.com

A emergência do maior escândalo político ocorrido no legislativo paranaense em março de 2010 gerou uma crise de credibilidade institucional que foi constatada pelas pesquisas de opinião realizadas por institutos especializados. A denúncia publicada no jornal Gazeta do Povo revelou um esquema de desvio de dinheiro público através da contratação de funcionários fantasmas. Estima-se que, com a prática, mais de R\$ 100 milhões foram desviados. Para reverter a imagem negativa da Assembleia paranaense a nova mesa diretora, que assumiu o comando da Casa no início de 2011, protagonizou o desenvolvimento de um conjunto de ações para promover uma imagem mais positiva e conquistar a confiança da opinião pública. Para tanto, uma série de inovações institucionais foram implantadas com objetivo de modernizar o Poder e aproximar a sociedade paranaense dos parlamentares. A nova proposta se concentrou em transmitir a imagem de um Poder moderno, informatizado, trabalhador e aberto à participação e fiscalização da sociedade. Além de ampliar as ferramentas para aumentar a *accountability* na área administrativa, as inovações institucionais surgiram seguidas de inúmeras estratégias de comunicação, visando conferir visibilidade pública às ações do parlamento. Este trabalho pretende abordar a temática no sentido de identificar as mudanças ocorridas no setor de comunicação da Assembleia Legislativa do Paraná. Dessa forma, a questão a ser respondida é: quais foram as alternativas, modificações e inovações implantadas pelo setor de comunicação na produção e veiculação de informações para o público externo?

## **Introdução**

No início dos anos 2000 a Assembleia passou a investir na sua modernização interna e aproximação com a sociedade paranaense. A concentração de esforços para o feito se acentuou ainda mais após a emergência do maior escândalo político da história do legislativo no estado que gerou uma crise de credibilidade institucional constatada pelas pesquisas de opinião realizadas por institutos especializados. A série intitulada “Diários Secretos” revelou um esquema de desvios de recursos públicos que podem ultrapassar R\$ 100 milhões através da contratação de funcionários fantasmas.

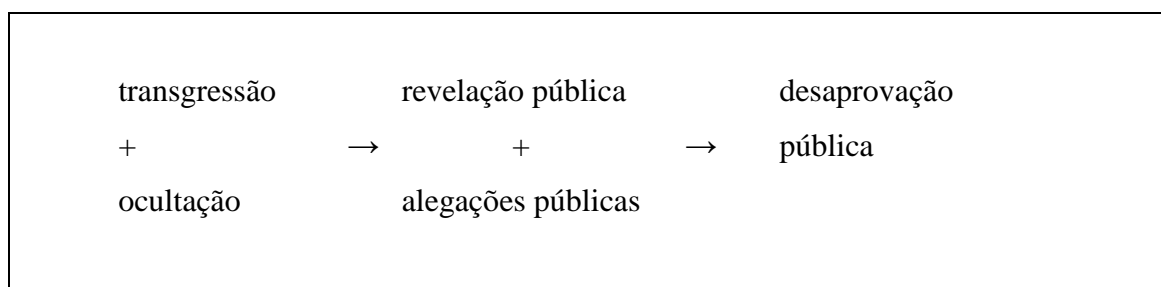
A partir daí, a preocupação com a imagem da ALEP se tornou prioridade na agenda da mesa executiva que, desde então, investiu na reestruturação, modernização e transparência da Casa de Leis. A nova proposta se concentrou em transmitir a imagem de um Poder moderno, informatizado, trabalhador e aberto à participação e fiscalização da sociedade. Além de ampliar as ferramentas que possibilitam a *accountability* na área administrativa, as inovações institucionais surgiram seguidas de inúmeras estratégias de comunicação, visando conferir visibilidade pública às ações do parlamento, além de transformar o legislativo em referência perante os demais estados brasileiros.

Partindo dessa temática mais geral, o foco do artigo é investigar as estratégias e inovações no setor de comunicação da ALEP, uma vez que o ambiente informacional é

responsável pela divulgação e pela compreensão da sociedade acerca do trabalho dos deputados estaduais. O principal objetivo é identificar as alternativas, modificações e inovações implantadas pelo setor de comunicação na produção e veiculação de informações para o público externo.

### **Escândalo político no contexto de mudança institucional**

A maior crise política já vivenciada na história do legislativo paranaense, que teve sua origem no escândalo dos Diários Secretos, pode ser relacionada ao conceito de Thompson (2000). De acordo com o autor, escândalo se refere a ações que decorrem de certos tipos de transgressões, que se tornam conhecidos e provocam uma resposta pública. Dito de outra forma, se não houvesse transgressão ou contradição a determinados valores, normas ou códigos morais, não existiriam escândalos. O quadro abaixo ilustra os ingredientes básicos para a composição de um escândalo.



Fonte: Thompson (2010)

No entanto, o processo da revelação pública que dá origem à desaprovação pública, só será efetivamente consolidado com a participação da mídia que, em nome da sociedade atua como uma espécie de guardião das ações governamentais. Para Thompson (2000) o lugar ocupado pela mídia no mundo moderno provocou transformações que “redefiniram as relações entre vida pública e privada e criaram novos tipos de visibilidade e de publicidade que simplesmente não existiam antes” (THOMPSON, 2000, p. 60).

Na medida em que os meios de comunicação proporcionaram a exposição de líderes políticos diante do público, a probabilidade de que eles fossem julgados pelos espectadores também passou a fazer parte desse processo de interação midiática, o que acarretou novos riscos. A relação face a face agora é, em grande medida, substituída pela mediação dos canais de comunicação.

Ainda com relação ao papel da mídia, Livia B. Pádua (2009) chama a atenção para a responsabilidade da mesma “de atuar como um cão de guarda a vigiar o governo com o intuito de proteger a sociedade contra a atuação dos poderes invisíveis, prática que, eventualmente, pode desencadear a ocorrência de escândalos políticos.” (PÁDUA, 2009, p. 39)

De acordo com Thompson (2000) o desenvolvimento do escândalo midiático favoreceu-se de três fatores: o crescimento e consolidação da imprensa de circulação de massa, o surgimento do jornalismo investigativo e a difusão das novas tecnologias de informação e comunicação.

O autor afirma que existem diferentes tipos de escândalos políticos. Para este *paper* interessa a definição acerca do escândalo político-financeiro, que se refere a um tipo de atividade que envolve a infração de leis que “regulam a aquisição e a alocação de recursos econômicos” (THOMPSON, 2000, p. 197). Outra forma de escândalo político é baseada na revelação de transgressões sexuais, portanto, a probabilidade de os escândalos financeiros resultarem na instauração de processos criminais é maior em relação aos escândalos desta natureza.

“Um escândalo político-financeiro somente irá ocorrer se as infrações a ele referentes forem publicamente reveladas e somente se elas forem consideradas em um contexto específico como suficientemente sérias para provocar uma resposta pública” (Idem, p. 198).

No caso da ALEP entendemos que a denúncia veiculada pela RPC TV e pelo jornal Gazeta do Povo atende a estes requisitos, uma vez que, em resposta às denúncias, a sociedade civil organizada foi às ruas pelo fim da corrupção. A revelação de atos antes obscuros é resultante de um trabalho de investigação realizado por uma equipe de jornalistas que pesquisou mais de 700 Diários da Assembleia editados entre 1998 e 2009. Durante dois anos eles cruzaram o conteúdo das publicações e descobriram a edição de diários avulsos, documentos expedidos sem numeração ou ordem cronológica, o que dificulta a fiscalização e a promoção da transparência. Do total analisado, 57% dos diários foram expedidos dessa forma, o que, de acordo com a reportagem tornava no mínimo duvidosa a administração de um orçamento anual no valor de R\$ 319 milhões.

Cabe considerar que o trabalho de repórteres do jornalismo investigativo vai além das informações obtidas pelas fontes que chegam até as redações. Para Aguiar

(2006), “é indispensável uma sólida pesquisa por parte do repórter, que vai buscar informações de fontes primárias e não se contenta com as versões das fontes secundárias” (AGUIAR, 2006, p. 75). Segundo Vera Chaia (2004), a preocupação do jornalismo investigativo é “comunicar aos leitores os aspectos da vida pública que políticos e funcionários públicos gostariam de manter em segredo” (CHAIA, 2004, p. 19).

Ainda que o escândalo dos Diários Secretos tenha maculado a imagem do legislativo paranaense, cabe investigar se a denúncia contribuiu para a qualidade da vida pública no estado. Primeiro, porque a tendência desse tipo de revelação pode oferecer esclarecimentos sobre atividades ocultas praticadas no interior das instituições. Segundo, porque ocorrências como estas podem resultar em reformas na instituição pública. Sendo assim, ainda que a Assembleia paranaense tenha dado os primeiros passos rumo à transparência e aproximação com a sociedade no período que precedeu o escândalo, resultados mais concretos desse processo se destacaram no período posterior à denúncia da RPC TV e jornal Gazeta do Povo.

É justamente esse momento que buscaremos descrever neste *paper*. Depois que se viu obrigada a colocar em prática o projeto de inovação institucional, a mesa diretora da ALEP adotou medidas administrativas que geraram polêmicas no interior da instituição, além de implantar a tão esperada informatização e a modernização na área de comunicação, bem como a publicidade dos documentos e das ações que ocorrem no Poder Legislativo do Paraná.

### **A mídia e a modernidade na Assembleia do Paraná**

A dinâmica dos agentes políticos inseriu-se num novo contexto com o desenvolvimento da mídia. Em período anterior a esse processo os políticos eram invisíveis para a maioria das pessoas que eles governavam (Thompson, 2011). Entretanto, o controle de aparições públicas se torna praticamente impossível na proporção em que a mídia se insere como um novo ator nesse contexto.

De acordo com Thompson (2011), a “publicidade tradicional de co-presença” que permite a interação face a face, carrega a marca de um caráter essencialmente dialógico, pois, cabe aos ouvintes, em princípio, participar do evento – falando ou expressando algum tipo de comportamento diante do agente político. Entretanto, o

desenvolvimento da mídia deu origem a novas formas de “publicidade mediada” que, em grande escala, substituiu o modelo anterior da interação face a face.

Ainda que o desenvolvimento dos meios de comunicação traga consigo a preocupação com a gestão da visibilidade, a promoção de imagem pessoal já era cuidadosamente administrada em séculos anteriores.

“Monarcas como Luis XIV da França ou Felipe IV da Espanha foram bem versados na arte de cultivar a própria imagem. Suas imagens foram cultivadas e celebradas não somente nos meios tradicionais, como pinturas, esculturas, monumentos e tapetes, mas também nos novos meios da imprensa, incluindo xilogravuras, gravações em vários metais, panfletos e periódicos” (Thompson, 2011, p. 179).

Assim como ocorre na atualidade, naquela época a imprensa também era utilizada como espaço para veiculação de imagens e relatos divergentes à apresentação dos governantes. Dessa maneira a preocupação com a administração da visibilidade dos agentes políticos através da mídia assume importância cada vez maior no meio político.

Gomes (2008) afirma que o parlamento e a imprensa configuram a história da esfera pública moderna. Para ele, o parlamento é reconhecido por constituir a parte política da esfera pública. Do mesmo modo, a imprensa estrategicamente funciona como um elo entre a sociedade e o parlamento, pois torna públicas as decisões tomadas pelo grupo de pessoas ali inseridas. Miguel (2002) afirma que os meios de comunicação são, em si mesmos, uma esfera de representação política. A afirmação justifica-se pelo fato de que a mídia se tornou, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusões de visão de mundo e dos projetos políticos, ou seja, é o local de exposição das representações do mundo social. No entanto, o autor identifica um problema na medida em que os discursos veiculados “não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presentes na sociedade” (MIGUEL, 2002, p. 163). Para o autor, o resultado desse processo acarreta consequências significativas para o exercício da democracia se levado em conta que os veículos de comunicação reproduzem mal a diversidade social. Nesse caso Thompson (2011) afirma que a visibilidade mediada é uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo em que se criaram novas oportunidades de exposição pública, surgem também novos riscos na medida em que essa nova arena está aberta e acessível de formas anteriormente inimagináveis.

Miguel e Biroli (2010) asseguram que os meios de comunicação de massa causaram um impacto “gigantesco” nas formas de atuação política. Os autores

assinalam quatro dimensões nas quais são perceptíveis alterações nas práticas políticas pela presença da mídia. A primeira é que a mídia se tornou o principal “instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns”. Dessa forma, observa-se redução do peso dos partidos políticos e conseqüentemente seu declínio no sentido mobilizador. Em segundo lugar os autores afirmam que o “discurso político” sofreu modificações para atender as exigências impostas pelos veículos de comunicação, especialmente, a televisão. Na seqüência Miguel e Biroli (2010) revelam que a mídia se tornou responsável pela “produção da agenda pública”, momento importante no jogo político. Por fim, ganha ênfase a preocupação dos candidatos a ocupar lugar de destaque na cena política com a “gestão da visibilidade”, pois a exposição na mídia torna-se cada vez mais “componente do capital político” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 10). Vale a pena ressaltar que tal exposição precisa ser cuidadosamente observada devido à divulgação de atos que não deveriam chegar ao conhecimento do público, fatos que na maioria das vezes desencadeiam escândalos políticos.

Entretanto, o elo estabelecido entre a mídia e a esfera política também pode oferecer riscos à democracia quando enfatiza a cobertura de ocorrências negativas na atuação dos atores políticos e, dessa forma, possivelmente colabora para o crescimento da desconfiança dos representados com seus representantes. Nesse contexto, é importante destacar a preocupação de Chaia (2000) no entendimento do papel da mídia ao enfatizar os fatores negativos na cobertura das esferas políticas. Para a autora, a verdade deve ser revelada, mas,

“(…) este acompanhamento da vida parlamentar por parte dos meios de comunicação precisa ser constante, ressaltando também seus aspectos positivos, como as práticas políticas consistentes e atuação de partidos políticos que mais se destacam no parlamento, contribuindo com isso para mudar a cultura política brasileira” (CHAIA, 2000, p. 56-57).

A falta de ligação entre as decisões tomadas no parlamento e o cotidiano dos cidadãos também pode ser prejudicial para a democracia. Na percepção dos deputados paranaenses, a mídia é considerada importante instrumento para consolidação da democracia, para promover melhor desempenho dos governos e para o aumento da efetividade no legislativo, ao mesmo tempo em que é vista como uma ameaça, pois eles acreditam que o Poder Legislativo é, frente aos demais Poderes, o mais vulnerável de todos (VEIGA; PAULA, 2007).

A cobertura diária dos trabalhos dos parlamentares paranaenses é realizada por profissionais de diversos veículos de comunicação. Como se sabe, estes meios podem selecionar temas e fontes que serão publicados no formato de notícias. Diante desse quadro, aliado à eclosão do maior escândalo político envolvendo o legislativo paranaense, a diretoria de comunicação da ALEP decidiu investir na produção interna e criou uma agência de notícias, a Agência Sinal. O principal objetivo é dar publicidade aos fatos que não são selecionados pelos veículos convencionais, ao mesmo tempo em que o material produzido pelos jornalistas da Assembleia pode auxiliar a produção de notícias destes veículos.

Quando assumiu a presidência da Casa em 2011, o deputado Valdir Rossoni (PSDB) estabeleceu algumas medidas para facilitar o trabalho dos jornalistas que cobrem a Assembleia. A primeira decisão foi pela instalação de paredes de vidros para separar o comitê de imprensa do plenário e a limitação do acesso de fotógrafos e cinegrafistas dos canais de comunicação no plenário. A segunda medida gerou polêmicas e o presidente recuou parcialmente da decisão, permitindo aos profissionais a tomada e registros de imagens como sempre ocorrera, no entanto, ficou estabelecido que o acesso ficasse restrito somente no momento de votação das matérias.

Também foram instalados equipamentos de computadores com acesso à internet para uso dos jornalistas, além de uma máquina de café expresso. A diretoria de comunicação estabeleceu também a obrigatoriedade de identificação para acesso ao comitê de imprensa através de credenciamento prévio, tanto para os profissionais de veículos externos, como para os assessores de imprensa dos parlamentares e dos veículos internos. A medida contribuiu para o controle na circulação de pessoas e proporcionou mais conforto para os profissionais que cobrem as sessões plenárias. Em toda a história da ALEP o acesso ao comitê de imprensa era liberado e permitia que assessores de outras áreas e até mesmo visitantes circulassem no espaço destinado para o trabalho jornalístico.

Retomando a questão do desinteresse da sociedade pela política, em especial o caso paranaense, tornou-se indispensável que a ALEP, dentro do seu projeto de modernização, desenvolvesse alternativas para a publicidade das atividades parlamentares, intensificando assim, o fluxo informacional da Casa. Por outro lado, acreditamos também na importância de uma campanha publicitária através dos meios de comunicação de massa para divulgação dos meios de acesso às informações sobre a ALEP, ou seja, mostrar para a sociedade paranaense quais alternativas podem ser



utilizadas para o acompanhamento das atividades parlamentares. Entretanto, nesse período não constatamos nenhuma campanha voltada para este objetivo, ao contrário do que ocorreu no estado de Minas Gerais (FUKS, 2010).

Para alcançar o objetivo proposto no início do texto, seguimos com a análise do projeto de inovação institucional com ênfase nas estratégias de comunicação adotadas pela diretoria de comunicação, cujos objetivos são promover uma imagem positiva de um legislativo eficiente e trabalhador, além de aproximar a instituição da sociedade paranaense.

### **O projeto de inovação institucional e de comunicação**

No início dos anos 2000, a ALEP colocou em prática um projeto de reestruturação na comunicação no sentido de dar mais transparência e promover aproximação com a sociedade paranaense. O desafio incluiu a recriação do Jornal da Assembleia, reestruturação da assessoria de imprensa e, por fim, a criação do site institucional.

Após cinco anos, em 2005, finalmente a Assembleia colocou no ar o primeiro site na história da instituição. O atraso do Paraná com relação a outros legislativos brasileiros pode ser decorrente da cultura política adversa à publicidade das suas ações. Para se ter uma ideia, ainda na década de 1990, a Assembleia de Minas Gerais já se colocava na vanguarda dos legislativos brasileiros no que se refere às inovações institucionais. Para aproximar a sociedade mineira do legislativo e gerar mudanças nas atitudes políticas dos cidadãos, em 1995 a ALMG inaugurou o primeiro canal legislativo da América Latina, antecedendo inclusive, a TV Senado, que entrou em operação no ano seguinte.

O Jornal da Assembleia paranaense, sobre o qual não obtivemos detalhes relativos à distribuição – apenas nos foi informado que era dirigido para um público específico de formadores de opinião -, foi extinto do novo projeto de comunicação da ALEP. Nossa observação participante permite afirmar que o jornal também era destinado aos gabinetes dos deputados estaduais e lideranças partidárias.

A TV legislativa, presente em quase todos os parlamentos do país, enfim chegou ao legislativo paranaense em dezembro de 2007, tendo como principal finalidade promover a transparência e aproximar a sociedade das atividades parlamentares (ALVES, 2012). Os recursos destinados ao projeto para implantação do canal próprio

de televisão tiveram origem no Fundo de Modernização de Aprimoramento Funcional da Assembleia Legislativa do Paraná – FEMALP, que foi aprovado através do Projeto de Resolução 019/07 de autoria da Mesa Executiva. Inicialmente, o Fundo nasceu com recursos da ordem de R\$ 7 milhões por meio de parceria firmada com instituições bancárias. As fontes de receitas utilizadas para a modernização do legislativo estão descritas no seu artigo 2º.

Na contramão do discurso de modernização e transparência que a Assembleia encampou naquele período com a criação de novos canais de comunicação, um estudo realizado por Braga (2007), que avaliou o grau de informatização dos legislativos brasileiros, constatou que o Paraná ainda tinha um longo caminho a trilhar para alcançar os objetivos pretendidos. A Assembleia paranaense ocupou a 21ª colocação no *ranking* dos sites legislativos do país. No tocante ao item que analisou o grau de informatização na relação com o público, por exemplo, a ALEP atingiu 3 pontos, ao passo que Minas Gerais e Rio Grande do Sul alcançaram 75 e 80, respectivamente. No que se refere ao “Processo Decisório”, que envolve a tramitação de proposições, além de outras variáveis importantes, o Paraná atingiu a pontuação de 13,9; a média ficou bem abaixo da maioria dos legislativos brasileiros.

Na mesma linha, uma pesquisa divulgada em 2009 converge com o estudo de Braga (2007) ao afirmar que o site da Assembleia do Paraná ainda se mantinha como um dos piores do país. A conclusão é fruto de um estudo de pós-doutorado realizado pelo cientista político Tiago Peixoto, do Instituto Universitário Europeu (Itália). Dos 26 sites brasileiros, o paranaense ficou em 18º lugar no quesito transparência online. O estudo contempla a análise de 93 assembleias estaduais do Brasil, Estados Unidos e Espanha. A pesquisa revela ainda que a maioria das páginas brasileiras é substancialmente inferior às estrangeiras. A análise avaliou três pontos principais: informação, interatividade e usabilidade. De acordo com o resultado da pesquisa, o legislativo paranaense atingiu 24 pontos na avaliação que, segundo o cientista político, considera a Assembleia paranaense fraca em todos os pontos.

No mesmo ano de divulgação deste estudo, a ALEP lançou um novo site e colocou no ar o portal da transparência. O objetivo da nova ferramenta é disponibilizar a prestação de contas mensal dos deputados estaduais, bem como balancetes administrativos. A divulgação dos dados não ocorreu em consonância com o lançamento do site e a publicidade das informações foi se consolidando em período posterior. Sendo assim, ressaltamos que este tipo de medida é prejudicial para a

efetivação da transparência e para a consolidação da identidade de um Poder aberto e acessível ao público interessado em acompanhar a divulgação desses relatórios.

Para garantir a eficácia do projeto de modernização em andamento a ALEP ofereceu treinamento para a assessoria dos gabinetes parlamentares e para os próprios deputados para apresentar as novas ferramentas a serem utilizadas na apresentação de notas fiscais e comprovantes de despesas que seriam disponibilizados no novo sistema de prestação de contas.

No dia 15 de dezembro de 2009 a ALEP lança uma nova versão do site com destaque para o portal da transparência e pesquisa legislativa. A partir daquele momento a sociedade passa a ter acesso a todas as proposições apresentadas na Casa, bem como o trâmite e resultado da votação das matérias. Outra novidade é a publicação dos álbuns de fotografias online das sessões plenárias e eventos realizados. A TV Sinal também ganha espaço com um link para acompanhamento das sessões plenárias em tempo real.

Após colocar em prática o projeto que garantiu avanços na comunicação da Assembleia, o jornalista David Campos deixou a diretoria em março de 2010 para assessorar o prefeito da capital paranaense. Dorival Splenger Vianna foi convidado pelo presidente Nelson Justus (DEM) para assumir a pasta e dar continuidade no projeto de modernização. Com a eclosão do escândalo dos Diários Secretos no dia 16 de março do mesmo ano, a preocupação com a imagem da instituição torna-se ainda mais acentuada. O grande desafio se concentrou em dar ênfase na publicidade das atividades dos parlamentares e dos documentos administrativos, já que a denúncia se baseou na investigação de diários que ocultaram inúmeros atos irregulares praticados durante anos no legislativo paranaense.

No dia seguinte, durante discurso no plenário, o então presidente da ALEP, deputado Nelson Justus (DEM), afirmou:

“(...) eu vou defender esse poder até a morte enquanto for deputado custe o que custar. Eu fiz esse juramento eu devo isso a mim e a todos vocês que me elegeram. (...) Então meus companheiros, tenham a tranquilidade, a certeza de que ao contrário do que um professor disse, (...) numa rede de televisão hoje enxovalhou esta Casa, quando ela serve de orgulho para todos os parlamentos. Nenhuma das Assembleias como eu tenho dito e provado, façam então essa investigação jornalística com os outros parlamentos, meu Deus do céu, tem jornalistas aqui nesta Casa que estão aqui há muitos e muitos anos, comparem os nossos avanços, não é possível que ninguém veja isso, se a tal rede de televisão vai insistir ou vai gastar nove programas para mostrar as denúncias contra esta Casa, o que eu não condeno, é

um direito, eu não contra a liberdade de imprensa, que gaste um para mostrar os nossos avanços, será o suficiente. Mas uma coisa não justifica a outra, podem ter certeza, senhoras deputadas, senhores deputados, senhores ouvintes: nós vamos apurar todas, todas as denúncias que vierem contra esta Casa, da mesma maneira que o nosso departamento jurídico convocado para uma reunião hoje a tarde com esta presidência para estar atento a eventuais abusos de quaisquer reportagens, alias, isso nós deixamos muito claro hoje na conversa que tivemos com sua excelência o procurador da Justiça, Dr. Olimpio de Sá Sotto Maior. Nós vamos sim cumprir com o nosso dever, podem ter certeza disso. Eu não vou permitir em hipótese alguma que nenhum dos senhores sintam-se envergonhado de pertencer a este parlamento. Sem resposta a sociedade não vai ficar” (JUSTUS, 2010).

Ao contrário do que disse o presidente da ALEP, o projeto de modernização desenvolvido até aquele momento não teria firmado a instituição como um Poder transparente, eficiente e aberto à sociedade, o que já ocorria em outros legislativos brasileiros que estavam à frente da Casa paranaense no que diz respeito à publicidade das ações parlamentares e administrativas. O que a Assembleia realizou no período, outras instituições já o fizeram há décadas, o que comprova que o caso paranaense não pode ser considerado como referência para os demais estados da federação. O atraso na modernização da ALEP pode ser decorrente da cultura predominante na atividade parlamentar no legislativo paranaense que é marcada pela resistência em divulgar as ações político-administrativas do poder em questão.

Ainda no ano de 2010 foi realizada eleição para a nova mesa executiva. A chapa encabeçada pelo deputado Valdir Rossoni (PSDB) foi eleita com a promessa de implantar um novo projeto de modernização e transparência do Poder Legislativo. A proposta da nova mesa diretora reafirma a necessidade de um novo projeto com objetivo de fazer do legislativo paranaense um Poder trabalhador, transparente e referência para todo o Brasil. Entre as medidas adotadas assim que assumiu o cargo no ano seguinte, o presidente eleito exonerou todos os diretores da ALEP e extinguiu o gabinete que alocava a equipe que fazia a segurança da Casa.

O novo diretor de comunicação, jornalista Hudson José, assumiu a diretoria em fevereiro de 2011 com o desafio de ampliar o projeto de modernização e implantar novos canais de comunicação com a sociedade paranaense, bem como promover a imagem de um Legislativo trabalhador e transparente.

O novo conceito de comunicação da ALEP baseado no modelo de Agência de Notícias foi apresentado aos deputados estaduais, mesa executiva e diretores da Casa no dia 30 de março de 2011. O projeto utiliza quatro plataformas integradas e sintetiza a

convergência no processo de divulgação diária das ações do legislativo paranaense. A primeira plataforma é a TV Sinal, seguida pelo rádio, que posteriormente passou a integrar o site na internet na forma de rádio web. A terceira plataforma é a comunicação digital (que dará suporte às operações da rádio web, TV web e demais ações informativas envolvendo as redes sociais), seguida pela quarta e última, a agência de notícias (responsável pela captação, geração de material e atendimento à imprensa).

Outra novidade anunciada é a reestruturação da grade de programação da TV Sinal que deverá abrir espaço para a participação mais efetiva dos deputados e atualização do noticiário, além das mudanças de layout (com novas vinhetas de abertura dos programas) e do logotipo da TV. A ALEP também ganhou uma conta no flickr, ou seja, todos os eventos que acontecem na Casa são registrados pelos fotógrafos exclusivos e as imagens são disponibilizadas para *download*.

Além dessas atividades, um projeto de Tecnologia da Informação foi desenvolvido pelo Comitê Gestor de Informática. O objetivo é melhorar a comunicação entre os departamentos e órgãos externos da administração pública. Um dos benefícios deste modelo é a ampliação da transparência dos atos do legislativo, que deverá garantir o acesso da população a todos os dados correspondentes à ALEP. A demanda por um sistema unificado é antiga, pois, em 1983 a Assembleia contratou uma empresa de consultoria que apontou a necessidade de uniformizar as práticas, metodologias e sistemas da Casa, no entanto, esse projeto nunca se concretizou.

O objetivo das ações desenvolvidas ao longo desse processo, especialmente com a emergência do maior escândalo político da história do legislativo, é melhorar a imagem da Casa perante a opinião pública. Nessa perspectiva, em dezembro de 2011 a mesa executiva divulgou a devolução de R\$ 90 milhões para o Poder Executivo, valor que resultou da economia com as medidas implementadas pela nova direção. Além da divulgação nos meios de comunicação da ALEP, outdoors foram espalhados pelo Estado com a seguinte frase: “R\$ 90 milhões de economia. O Paraná pediu, a Assembleia Legislativa mudou”. Dessa maneira percebe-se claramente que a finalidade da campanha publicitária é dar uma resposta ao povo paranaense que acompanhou o escândalo de corrupção e desvio de recursos públicos.

Imagem 01 – Outdoor e banner no plenário da Assembleia



Fonte: redes sociais e divulgação ALEP

Uma iniciativa importante no projeto de inovação institucional que foi implantado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e que poderia contribuir no caso paranaense, é a realização periódica de *surveys* no sentido de identificar as percepções, opiniões e valores da população a respeito das ações desenvolvidas pela instituição. A carência desse tipo de avaliação foi apontada por Alves (2012) com relação à produção de conteúdo pela TV Sinal. Entretanto, até o presente momento, desconhecemos qualquer tipo de construção de dados com o objetivo de contribuir para a mudança do cenário que envolve a imagem da Alep. O único recurso que pode nos auxiliar nesse sentido são pesquisas de opinião realizadas por institutos de pesquisas especializados, mas que não mantém nenhum vínculo de contratação com a ALEP.

A tentativa de promover uma imagem positiva, porém, ainda não atinge os patamares desejados, já que o grau de insatisfação da sociedade com relação às instituições políticas segue inalterado, segundo pesquisa divulgada pelo instituto Paraná Pesquisas. Em 2010, por exemplo, a ALEP alcançou a nota 4,5 (de 0-10) no que diz respeito à confiança dos curitibanos na instituição. A Câmara de Vereadores e os Partidos Políticos não atingiram 4,0 pontos, o que demonstra o baixo grau de confiabilidade da sociedade nas instituições políticas. Um dos fatores do baixo índice pode ser associado à distância existente entre a população e as instituições políticas, bem como a emergência de escândalos que protagonizaram os jornais diários nos últimos tempos.

Tabela 1 – Ranking das instituições na avaliação do cidadão curitibano

INSTITUIÇÃO	NOTA
Corpo de Bombeiros	9,2
Correios	8,4
Forças Armadas	7,8
Emissoras de rádio	7,5
Emissoras de televisão	7,3
Igreja Católica	7,1
Jornais impressos	7,1
Polícia Federal	6,8
Igrejas Evangélicas	6,7
Internet	6,5
Ongs	6,4
Tribunal de Justiça	6,3
Empresas Aéreas	6,3
Ministério Público	6,2
Revistas	6,2
Tribunal de Contas	6,1
Prefeitura de Curitiba	5,9
Governo do Estado	5,9
Polícia Civil	5,6
Bancos	5,5
Polícia Militar	5,5
Clubes de Futebol	5,1
Congresso Nacional	4,6
Assembleia Legislativa	4,5
Câmara de Vereadores	3,7
Partidos Políticos	3,4

Fonte: A autora com informações da Gazeta do Povo

Em março de 2011, ao dar continuidade no projeto de inovação da ALEP, o presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB) anunciou durante a sessão plenária o lançamento do novo Portal da Transparência. O site apresentou novo layout

com objetivo de facilitar o acesso e a navegabilidade, além da implementação das informações disponíveis para a fiscalização da sociedade. Com a reformulação do site, informações relativas à gestão financeira, administrativa e fiscal serão atualizadas em tempo real. Atos de nomeação, posse e exoneração também serão divulgados no portal, além das despesas do legislativo, verbas de ressarcimento, relatórios de gastos e demais ações da instituição.

Em fevereiro de 2013 a assessoria de comunicação passou a disponibilizar no site da ALEP o áudio das sessões plenárias em tempo real. A nova ferramenta facilita o acompanhamento do debate parlamentar pela sociedade e pelas emissoras de rádio que não dispõe de jornalistas para fazer a cobertura diária das atividades no plenário. Além desses mecanismos de interação com a sociedade, a ALEP também investiu no fortalecimento da imagem através das redes sociais, atualmente presente em sete delas: Flickr, You Tube, Facebook, Twitter, Google Plus, Foursquare e Instagram.

A última versão do site da ALEP entrou no ar em março de 2013, período em que a explosão do escândalo dos “Diários Secretos” completou três anos. Esta é a quarta versão do site tendo como foco principal a arquitetura da informação a fim de facilitar o acesso ao conteúdo administrativo e às ações parlamentares.

Além do novo layout o site facilitou o acesso ao Portal da Transparência com um botão na página principal, além de contar com espaço para banners destinados a campanhas de interesse público, tour virtual e a relação de ex-deputados estaduais desde 1854.



Imagem 2 – Página principal dos quatro sites da Assembleia Paranaense

Primeira versão



Segunda versão



Terceira versão



Quarta versão



Fonte: A autora com informações da Assembleia Legislativa

Outra consideração interessante a destacar é a aprovação do Projeto de Lei que se transformou na Lei Complementar nº 154/2013. A Instituição do Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Paraná – FEMALEP – tem a finalidade de suprir a Assembleia com recursos financeiros para expansão e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo, bem como para especificar possíveis origens de recursos para as despesas. Cabe ressaltar que a referida Lei substitui o antigo FEMALP, citado no início deste texto. Embora a análise comparativa da instituição desses fundos não esteja entre os objetivos deste *paper*, é importante ressaltar que se abre mais uma lacuna para investigação, o que possivelmente faremos em momento posterior.

## **Considerações finais**

Este artigo buscou mostrar as mudanças e inovações no ambiente informacional da ALEP que se constituiu a partir do projeto de modernização e informatização iniciado nos anos 2000, entretanto, a ação ganhou ênfase somente uma década depois com a eclosão do escândalo dos Diários Secretos.

Nosso questionamento inicial se deu em torno de quais as alternativas, modificações e inovações implantadas pelo setor de comunicação na produção e veiculação de informações para o público externo. Constatamos que o setor de comunicação da ALEP recebeu investimentos significativos no sentido de aderir às inovações tecnológicas que há muito tempo já fazem parte da estrutura dos legislativos brasileiros. Dentre as ações desenvolvidas através do projeto destacamos a criação da TV Sinal, a criação e aperfeiçoamento do site da instituição, bem como a divulgação das atividades político-administrativas através das redes sociais, além de ferramentas que podem contribuir com a cobertura da imprensa convencional.

Por outro lado, apesar de modesta, percebemos que a divulgação dos atos da ALEP através do Portal da Transparência recebeu os últimos ajustes no ano de 2011. Vale a pena destacar que o projeto de modernização se encontra em andamento há mais de uma década e que as medidas são colocadas em prática progressivamente. De acordo com nosso entendimento, isso prejudica a consolidação da identidade de um Poder atuante e transparente, na medida da resistência em disponibilizar de fato todas as ações do legislativo.

Mas, devemos levar em consideração que as mudanças e inovações na estrutura de comunicação e na administração da Casa deram mais agilidade e publicidade às atividades dos deputados estaduais do Paraná. Podemos dizer que, finalmente, a Assembleia paranaense encontrou o caminho da modernidade.

Nesse sentido, acreditamos que os frutos das inovações institucionais ainda estão por vir, já que o processo é complexo e depende também da mudança na cultura do cidadão paranaense que não está acostumado a interagir com a instituição, que como observamos, sempre resistiu em abrir as portas para a sociedade. No entanto, acreditamos nessa possibilidade e esperamos que, num futuro não muito distante, este seja mais um objeto para futuras investigações.

## Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel Azevedo de. *O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias*. In: Alceu – v.7 – n. 13 – pp. 73 a 84 – jul/dez. 2006

ALVES, Clicéia A. *A implantação da TV Sinal na Assembleia Legislativa do Paraná: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, 2012.

BRAGA, Sérgio S. *O papel das TICs na institucionalização das democracias*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

CHAIA, Vera. *CPI da Máfia dos fiscais: a morte anunciada*. In *Mídia e política*. Escritos Neamp. Orgs Vera Chaia, Miguel Chaia. 2000: São Paulo (p. 48-53)

CHAIA, Vera. *Jornalismo e Política: escândalos e relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Hacker, 2004

FUKS, Mário. *Mudança institucional e opinião pública: estimando os efeitos da cobertura da ALMG realizada pelo Jornal Estado de Minas (1987-1994 e 1999-2002)*. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4. Brasília, jul-dez., 2010, pp. 257-282.

GOMES, Wilson; Maia, Rousiley C.M. *Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

JUSTUS, Nelson. *Discurso em plenário*, 2010. Arquivo de áudio da autora.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil*. In: *Mídia, Representação e democracia*. Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli (orgs) – São Paulo: Hucitec, 2010 (p. 07-24)

MIGUEL, Luis Felipe. *Os meios de comunicação e a prática política*. LUA NOVA. Nº 55-56. 2002. p. 155-184.

THOMPSON, John B. *O escândalo político: Poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011

PÁDUA, Livia Borges. *O escândalo político midiático Renan Calheiros: uma abordagem do papel do jornalismo em uma democracia liberal*. Belo Horizonte, 2009.

VEIGA, Luciana F; PAULA, Carolina A. *Deputados, eleitores e mídia*. In: II Congresso da Associação Brasileiras de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2007, Belo Horizonte.

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=910828&tit=Site-da-Assembleia-do-PR-e-um-dos-piores-do-pais-diz-estudo>. Acesso em 2013

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1333995&tit=Bo-mbeiros-os-mais-confiaveis>. Acesso em 2013